



EXTREMOS CLIMÁTICOS

Setembro infernal

Fumaça da Amazônia atravessa o país. Inmet emite alerta para 15 estados e DF. Ministério Público cobra mais brigadistas

» IAGO MAC CORD*
» JULIANA SOUSA*

Valter Campanato/Agência Brasil



Brigadista combate incêndio em Mato Grosso: Ministério Público requereu na Justiça o reforço de 450 homens, além de aeronaves e mais verbas

Altas temperaturas, umidade baixíssima, milhares de focos de incêndio. Como previram os meteorologistas, o mês de setembro tem mostrado por que é um período crítico no Brasil do ponto de vista climático, ambiental e social. Enquanto os institutos de controle ambiental identificam o agravamento das condições climáticas, autoridades debatem medidas para enfrentar o desmatamento e combater as queimadas, entre outras providências.

A fumaça provocada pelos incêndios recorde registrados na Amazônia nos últimos dias já chegou ao Sul do Brasil, conforme a empresa de meteorologia MetSul e a Empresa de Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Segundo o monitoramento, as condições meteorológicas criaram um corredor de ventos que transportou a fumaça ao longo de milhares de quilômetros, de norte a sul da América do Sul.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), por sua vez, identificou, por meio de satélites, 3.432 focos de calor na Amazônia entre as 21h de domingo e 21h de segunda-feira. Foi o pior dia de queimadas na Amazônia neste ano, superando os 3.224 focos de calor registrados nesse bioma em 30 de agosto.

Segundo a MetSul, a fumaça produzida por esses incêndios está sendo transportada para o Sul do Brasil por um corredor de vento a cerca de 1,5 mil metros

de altitude. A corrente transporta ar mais quente, causando aumento de temperatura na meta-de norte gaúcha.

Em Santa Catarina, o Epagri já constatou a presença de fumaça que, segundo as imagens de satélite, tem origem na Amazônia e de forma geral no Norte do país. Mas o Estado do Sul enfrenta a fumaça no céu desde o mês passado.

O Coordenador do Laboratório de Climatologia Geográfica da Universidade de Brasília, Rafael Franca, explica que “todos os

meses do ano, não somente setembro, estão com temperaturas mais altas que o normal”. Segundo ele, os invernos e os verões estão mais quentes, e as ondas de calor têm ficado mais longas com o passar dos anos.

O especialista comentou os efeitos desses fatores climáticos na Amazônia. “O (fenômeno climático) El Niño influenciou bastante a última estação chuvosa. Os principais rios amazônicos já estavam com níveis um pouco ruins. Agora, com essa seca clássica que a gente está passando,

isso se agrava. Essa semana, por exemplo, o Rio Madeira, em Rondônia, atingiu o menor nível”, observou Franca.

Os impactos não se limitam ao meio ambiente. Em Rio Branco, por conta da cortina de fumaça que cobre grande parte da Região Norte, mais de 20 mil estudantes da capital acreana tiveram as aulas suspensas. Na semana anterior, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) tomou a mesma precaução. Em Rondônia, o governo estadual cancelou o desfile de 7 de Setembro deste ano.

Alerta laranja

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta laranja de perigo para baixa umidade para 15 estados e o Distrito Federal. Serão afetados pelo tempo seco os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de partes de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rondônia.

Nesses locais, a umidade relativa do ar não deve passar dos

20% e há risco de incêndios florestais e à saúde da população. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o limite ideal da umidade relativa do ar é em torno de 60%.

O Inmet orienta a população a beber mais líquido e evitar atividades físicas e exposição ao sol nas horas mais quentes do dia. Também é importante que as pessoas intensifiquem o uso de hidratante de pele e umidifiquem os ambientes.

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma ação civil pública contra a União, pedindo a liberação urgente de verbas para a contratação de brigadistas. De acordo com o órgão, no último dia 22, foi expedida uma recomendação para a contratação de mais de 450 brigadistas e disponibilidade de aeronaves para combater aos incêndios na Região Norte. Como o MPF não teve resposta, recorreu à Justiça.

Na ação, o MPF solicita de forma urgente que o governo federal libere a verba para contratação de 15 brigadas com 30 brigadistas temporários cada. E também que garanta equipamentos de proteção individual e de combate ao fogo, aeronaves com capacidade para transportar até 12 mil litros de água em cada voo e helicópteros equipados com dispersores de água. É sugerido, inclusive, que a União requirite bombeiros militares de outros estados, como alternativa à contratação.

Com agências

» Leia mais sobre queimadas na página 13

MOBILIDADE

Ciclistas defendem melhorias em fórum

De 4 a 8 de setembro, Brasília vai receber o 13º Fórum Mundial de Bicicleta, um encontro internacional para tornar a bicicleta um meio de transporte viável nas cidades brasileiras. Com o tema “Salve o planeta, pedale!”, o evento, que contará com especialistas em mobilidade urbana, autoridades públicas e cicloativistas, coloca em pauta o problema da falta de segurança das vias e cicloviárias brasileiras.

A bicicleta é uma alternativa sustentável de mobilidade urbana. Ana Luiza Carboni,

coordenadora de mobilidade do Rodas da Paz, coletivo de cicloativistas que organiza o Fórum Mundial deste ano, explica que o problema de infraestrutura não se resume à criação de mais cicloviárias, mas sim na conscientização de motoristas e na redução de vias de alta velocidade.

“Na minha cidade ideal, a gente tem uma via urbana compatível com a vida, com uma velocidade compatível com a vida. Nossa cidades têm velocidades muito altas. O mundo inteiro tem alterado sua forma de se

locomover e já entendeu que o veículo privado individual, o carro, não é uma solução de mobilidade”, afirma Carboni.

De acordo com o Relatório de Mobilidade Urbana da Associação Brasileira de Ciclistas (ABC), apenas 35% das cidades brasileiras possuem infraestrutura adequada para ciclistas, como cicloviárias e ciclofaixas. Além disso, muitas dessas infraestruturas são insuficientes ou mal conservadas.

Ricardo Eloy Marques, de 49 anos, usa bicicleta com

frequência. Ele vai de Samambaia a Taguatinga Sul, em um percurso de 15 a 20 minutos com trechos no asfalto e em cicloviárias. O ciclista reclama do perigo constante enquanto pedala. “A segurança é péssima. O asfalto mesmo toda vez está esburacado, imagina as cicloviárias”, protesta.

Para preencher o formulário de inscrição do 13º Fórum Mundial de Bicicleta e 11º Bicultura, clique aqui. (JS)

*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Ed Alves/CB/D. A. Press



Ciclista em Brasília: capital ainda não é acolhedora para bicicleta



ALEXANDRE GARCIA

SE O ESTADO BRIGA COM UMA COMPANHIA DE ENERGIA E MANDA CORTAR ELETRICIDADE, NÃO SE TORNA O ESTADO RESPONSÁVEL POR SERVIÇO ALTERNATIVO? AO CRIAR A MULTA DE 50 MIL REAIS, O JUIZ ESTÁ CLARAMENTE ESTABELECCENDO PENA PARA QUEM BUSCAR ALTERNATIVA — NO CASO VPN — PARA SE MANTER COM VOZ NA GRANDE ÁGORA DEMOCRÁTICA QUE É O MUNDO DIGITAL. ESTÁ, PORTANTO, LEGISLANDO.

O X da questão

Não sei se já usaram esse título. É tão óbvio que muitos já devem tê-lo empregado, mas o fato é que estamos tratando de questões óbvias, como o direito natural de expressar o pensamento que, no Brasil, também é um direito constitucional pétreo, fundamental. Estou em Portugal, portanto fora da jurisdição brasileira. Em consequência, meu X está funcionando perfeitamente; estou em um país livre. Ele não funciona no Brasil, na Coreia do Norte, na China, no Irã, e países com restrições similares. O ministro Marco

Aurélio, ex-presidente do Supremo, hoje aposentado, disse ontem à CNN, citando a Constituição, que nenhum ministro do Supremo pode criar embaraço à liberdade de expressão.

No Brasil, agora, criou-se embaraço para 22 milhões de pessoas que trocam ideias, trabalham, informam-se, expressam seus pensamentos na agora X. Quando começou a censura, daqui de Portugal perguntei, através do X: “Alguém aí no Brasil com quem eu possa falar?” Em 24 horas me visualizaram 913 mil pessoas. Me respon-

deram 11.500. Fiquei preocupado se esses seriam multados. Teriam que pagar 575 milhões de reais. Que crime cometeram para tamanha multa? Desobediência a um juiz? Mas por quê? Que lei infringiram? Se a plataforma X tem litígio com o juiz, por que terceiros, que não têm litígio com as partes, terão que ser penalizados?

Se o Estado briga com uma companhia de energia e manda cortar eletricidade, não se torna o Estado responsável por serviço alternativo? Ao criar a multa de 50 mil reais, o juiz está

claramente estabelecendo pena para quem buscar alternativa — no caso VPN — para se manter com voz na grande agora democrática que é o mundo digital. Está, portanto, legislando. Se negar isso, admite que o faz por arbítrio. A OAB, por seu conselho nacional, percebeu isso e protestou, mas não adiantou. O espírito de corpo no Supremo prevaleceu. A 1ª turma, unânime, confirmou tudo, endossando o que foi feito e se tornando solidariamente responsável. Além disso, 50 mil reais é uma multa impa-

gável para a maciça maioria dos brasileiros. Se fosse legal, seria tão desproporcional quanto as penas aplicadas a manifestantes do 8 de janeiro.

Sobre nossa capacidade de aceitarmos restrições inconstitucionais às nossas liberdades, nos testaram na pandemia. Nos tiraram garantias fundamentais, que são cláusula pétreo na Constituição — direitos de ir e vir, de reunião, de expressão — e os que deveriam estar atentos para denunciar isso e defender a população, contribuí-

ram para tolher liberdades básicas ou ficaram calados. A maioria ficou com a ideia de que era normal e legal. E foi normalizando isso como o sapo na panela sobre o fogo, sem perceber que a água vai esquentando até ferver e matá-lo. Tirar a liberdade é matar a cidadania, restando a servidão. O ministro Marco Aurélio, ontem, lembrou que “liberdade é cláusula mestra na ordem jurídica constitucional”. Além disso, liberdade é conquista e manutenção; não é concessão — esse o “x” da questão.

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)